

CB
16/13/97 15
13

Ambientalistas têm saudades de Collor

Balanco de organizações não governamentais mostra que o ex-caçador de marajás fez mais pelo meio ambiente do que seus sucessores

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

Quem fez mais pela ecologia no Brasil depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92? Os presidentes Fernando Collor, Itamar Franco ou Fernando Henrique Cardoso?

Por incrível que pareça — acreditem! — foi Collor, o ex-caçador de marajás, destituído da Presidência da República no rastro do processo de *impeachment* e que hoje goza um exílio dourado em Miami, nos Estados Unidos. As organizações não governamentais que fizeram um balanço da Conferência da ONU na Rio+5, encerrada ontem, reconhecem que, para fazer marketing ou outras razões, Collor beneficiou índios e criou muitas unidades de conservação em seus dois anos de governo.

Mesmo embalado pela popularidade em todo o País por causa do sucesso do Plano Real, o presidente Fernando Henrique não anda lá muito prestigiado pelas organizações não governamentais ecológicas, por não ter priorizado o meio ambiente. Nos dois primeiros anos de seu governo não foi criado no país nenhum parque nacional, reserva biológica ou estação ecológica e sequer uma reserva extrativista, o sonho ecológico do seringueiro Chico Mendes, assassinado em Xapuri, no Acre, em 88.

Fernando Collor teve boa assessoria nas áreas ambiental e indígena: os cientistas José Lutzenberger e José Goldemberg, que ocuparam a Secretaria Nacional do Meio Ambiente, o biólogo Eduardo Martins, ex e atual presidente do Ibama, e o sertanista Sydney Possuelo à frente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Essas constatações são das principais organizações que atuam no

país, que reconhecem os avanços obtidos na gestão ambiental durante o governo José Sarney. Na época, foi lançado o programa Nossa Natureza, com uma medida fundamental para coibir os desmatamentos na Amazônia: o fim dos incentivos fiscais para os projetos agropecuários.

Os ambientalistas não esquecem que foi Collor o responsável pela demarcação e homologação da reserva indígena ianomami, em Roraima, que vinha sendo reclamada pelas principais organizações internacionais e mesmo por governos europeus e da América do Norte.

RETROCESSO

No governo Fernando Henrique, ao contrário, a questão indígena sofreu retrocesso com a decisão do ministro da Justiça, Nelson Jobim, de editar o decreto 1775 que possibilitou a revisão de todas as reservas indígenas do país. A decisão foi condenada até mesmo pelo Parlamento Europeu.

“Fernando Henrique demarcou 46 áreas indígenas, correspondendo a 6,9 milhões de hectares; Itamar Franco demarcou 16 áreas, com 5,5 milhões de hectares, enquanto Collor só na área ianomami garantiu para os índios 9,4 milhões de hectares”, compara o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Saulo Feitosa.

Para Feitosa, o governo Fernando Henrique tem utilizado como tática demarcar pequenas áreas, principalmente às vésperas de viagens internacionais, como estratégia de marketing. Mais ou menos parecido com o que fez Fernando Collor, ao homologar a reserva ianomami às vésperas da Rio-92.

O secretário do CIMI destaca os conflitos que hoje ocorrem nas áreas Krikati, no Maranhão, e Raposa/Serra do Sol, em Roraima, que foram reduzidas por causa de portarias respaldadas pelo Ministério da Justiça.

Adauto Cruz 8 10 96



Entidades dizem que governo FHC não priorizou o meio ambiente nem freiou a devastação da floresta amazônica

Desmatamento chega a ser alarmante

O balanço dos ambientalistas é desalentador em relação aos desmatamentos na floresta amazônica. Eles acreditam que nada mudou nos últimos cinco anos em relação aos níveis alarmantes verificados na década de 80: foram mais de 40 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas nos últimos quatro anos, segundo comprova o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos (SP).

“No Brasil de hoje, melhorou o discurso ambientalista, mas não melhorou a execução”, define o ambientalista Roberto Smeraldi, diretor para a América Latina da instituição não governamental Amigos da Terra Internacional. Para Smeraldi, houve pequenos avanços no governo Fernando Henrique graças aos programas

da Secretaria da Amazônia Legal, abrindo créditos para pequenos extrativistas através do Prodex — um programa de incentivos — e no projeto para garantir abastecimento energético a comunidades isoladas.

“No governo Itamar Franco, o maior feito foi a criação do Ministério da Amazônia Legal, que nasceu para dar uma satisfação à comunidade internacional, chocada à época com o massacre de índios ianomamis em Roraima”, recorda Smeraldi. “Houve retrocesso no caso dos desmatamentos na Amazônia, que aumentaram desde 1991”, critica o ecólogo norte-americano Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com sede em Manaus (AM).

Fearnside, um especialista em

desmatamentos e queimadas, teme que em breve o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revele novos dados alarmantes sobre os desmatamentos na floresta amazônica. “Tudo leva a crer que houve mais desmatamentos em 1995, em relação a 1994, por dois motivos: primeiro, o número de queimadas na região foi bem maior; segundo, a estabilização da economia propiciou maiores investimentos em projetos na Amazônia”, lembra. (RB)

Entidades vêm omissão oficial

Entra governo, sai governo e as instituições não governamentais brasileiras continuam insatisfeitas com o poder público. Transcorridos cinco anos da realização da Conferência Rio-92, elas se queixam de que o governo chega a exibir programas bem-sucedidos em relação ao desenvolvimento sustentado como obra sua, quando a participação oficial é muito limitada.

Segundo João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Instituto Sócio-ambiental, “o governo assume a estratégia do vampiro, que suga e divulga iniciativas que não são dele”. Para Capobianco, se continuar assim, na reunião oficial de Nova York sobre meio ambiente, o presidente Fernando Henrique Cardoso não terá nada a mostrar, além do que foi apresentado esta semana na Conferência Rio+5.

MADEIREIRAS

Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), vai mais longe. Acha que daqui a cinco anos as discussões dos ambientalistas podem estar voltadas para outros graves problemas ambientais que afetarão especialmente a Amazônia. Ele se refere à verdadeira invasão da região por madeiras asiáticas, principalmente da Malásia, o maior processador e exportador de madeira do mundo.

“No futuro, as madeiras asiáticas vão mudar o quadro em toda a região. Por enquanto elas estão comprando áreas. Mas daqui a pouco vão começar a detonar as florestas”, profetiza Fearnside. (RB)